

A Percepção dos Auditores na Mensuração dos Instrumentos Financeiros a Valor Justo nas Instituições Financeiras

Paulo Cesar de Melo Mendes [†]
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
Jorge Katsumi Niyama ^Ω
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
Cesar Augusto Tiburcio Silva ^Υ
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar a percepção dos auditores em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3 em instituições financeiras. Foi aplicado um questionário com uma amostra de 62 auditores independentes com qualificação técnica em instituições financeiras das grandes empresas de auditoria entre sócios, gerentes e auditores seniores. As ferramentas utilizadas foram o teste de regressão logística (LOGIT); o teste de Kruskal-Wallis, e o teste de análise de correspondência. A subjetividade foi uma característica implícita no processo em que os auditores se mantiveram conservadores, contudo foram identificadas divergências de valores que resultaram em questões imateriais e apontamento de divergências de mensuração de estimativas contábeis. Como sugestão de melhoria nos processos de auditoria, foi identificada uma formação acadêmica mais robusta e a inclusão de um especialista em finanças nas equipes. As opiniões divergem quanto aos sócios e gerentes, visto que aqueles apontaram maior concordância com as questões que os gerentes.

Palavras-chave: Auditoria; Mensuração; Valor Justo; Instrumentos Financeiros; Derivativos.

1. INTRODUÇÃO

O *fair value*, ou valor justo, tem sido, há quase quarenta anos, um padrão de avaliação de ativos e passivos nos relatórios financeiros nas normas emitidas pelo Financial Accounting Standard Board (FASB) em mais de trinta pronunciamentos como mensuração de valor.

O SFAS (Statement of Financial Accounting Standards) 157 - Fair Value Measurements resultou na avaliação de ativos de forma inusitada e permitiu que o FVA (Fair Value Accounting) fosse apurado por meio de técnicas de avaliação caso não existisse mercado. Isso resultou em reclassificações de ativos em balanços revertendo perdas antes reconhecidas e com impactos no preço das ações no mercado acionário.

Defensores do valor justo como (BARTH (1994) (2006); BARTH e LANDSMAN, (2010); PEYTCHEVA e WRIGHT, (2010); GLAVAN (2010) acreditam que essa é a melhor representação da posição

Autor correspondente:

[†] Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
E-mail: mendes@unb.br

^Ω Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
E-mail: jkatsumi@unb.br

^Υ Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
E-mail: cesartiburcio@unb.br

Recebido: 21/12/2016.

Revisado: 19/05/2017.

Aceito: 10/08/2017.

Publicado Online em: 01/05/2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2018.15.4.4>



financeira de uma entidade por fornecer maior transparência e relevância das informações para seus usuários. Opositores como (SCHIPPER, (2003); BESTON, BROMWICH e WAGENHOFER, (2006) apontam maior complexidade e um julgamento inerente ao processo com subjetividade, o que facilitaria a ocorrência de manipulações contábeis.

Essa subjetividade se concentra, em grande parte, na avaliação de grupos patrimoniais ou ativos isolados como nos instrumentos financeiros, combinação de negócios e *impairment* de ativos, que eram mensurados conforme as regras de uma contabilização e avaliação que não retratavam as situações de alto índice de risco corporativo.

Barth e Landsman (2010) contrapõem afirmando que o SFAS 157 - Fair Value Measurement - FVM (FASB, 2006) especifica como estimar valores de mercado, limitando assim o alcance da capacidade da administração para manipular essas estimativas. O assunto é controverso, tanto para os contadores, que são responsáveis por sua mensuração, como para os auditores, que examinam esses resultados e que podem atingir efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, com reflexo direto na qualidade da informação contábil.

Esses reflexos de distorções de resultados acabam surgindo como deficiências na qualidade da informação e são atribuíveis à mensuração do valor justo (FVM) e os procedimentos de auditoria e de imparidade que repercutem em certas deficiências de avaliação, conforme consta nos últimos relatórios de inspeção emitidos pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) de abril de 2012 e 2013.

Apontar as causas na opinião dos auditores sobre uma questão polêmica, controversa como a mensuração, é identificar possíveis falhas no processo, apontar as correções ou melhorias para a identificação de valores mais acurados e com isso minimizar o efeito da subjetividade.

Assim, qual é a percepção dos auditores diante dos desafios e dificuldades existentes sobre o *fair value measurement* dos instrumentos financeiros complexos?

O objetivo da pesquisa é analisar a percepção dos auditores especialistas em instituições financeiras, em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, em instituições financeiras nos aspectos de relevância, mensuração e estimativas contábeis.

Este trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira composta pela introdução e tem como característica os aspectos estruturais do trabalho. A segunda seção é composta pelo referencial teórico, composto pelas principais pesquisas sobre o tema. A terceira seção apresenta a metodologia aplicada na busca do construto da pesquisa. As ferramentas utilizadas na obtenção dos dados. A quarta parte é composta pela coleta de dados e análise dos resultados, e a última seção, a conclusão do trabalho com base nos testes aplicados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As pesquisas sobre a opinião dos auditores na literatura estrangeira são escassas: Pannese e DelFavero (2010); Peytcheva e Wright (2010); Cohen et al. (2011); Kumarasiri e Fisher (2011). No Brasil são poucas as pesquisas: Carvalho (1996), Antunes (1998), Martinez (2008, 2009); Almeida e Almeida (2009); Almeida e Colomina (2009), Braunbeck (2010), Araujo (2011), e Dantas (2012), dentre outros, e se concentram mais na pesquisa sobre os rodízios de auditoria e o tamanho da firma de auditoria (*big four*) e qualidade de auditoria.

Contudo, pesquisas sobre a opinião do auditor é algo inédito, e não identificamos nenhuma pesquisa nessa linha. Buscar a percepção de um profissional que expressa a opinião sobre “se” determinada demonstração ou avaliação está razoavelmente correta ou não, entende-se que seja importante para o processo de mitigação de riscos. Na literatura há uma polêmica ainda instaurada sobre mensuração a valor justo e custo histórico, em que argumentos a favor e contra da contabilidade a *fair value* estão em curso há muitos anos. O principal argumento, a favor da avaliação de todos os ativos e passivos a *fair value*, é que a métrica fornece maior informação para o investidor, maior transparência e maior utilidade

BBR
15,4

dos relatórios de auditoria, ou seja, o *fair value accounting* pode fornecer um retrato mais realista da posição financeira do que o custo histórico.

365

O argumento a favor dos relatórios a custo histórico é que não possui subjetividade. Ao contrário do *fair value*, que pode exigir extensivo uso de julgamento, e frequentemente exige especialista de avaliação, o custo histórico é geralmente mais objetivo. Com isso, é mais fácil se comprovar a avaliação e facilita o trabalho do auditor.

Os auditores manifestaram apoio a um regime de contabilidade baseado em princípios que permitissem um maior julgamento sobre a representação das demonstrações financeiras sob a realidade econômica (DiPiazza et al.,(2008). O aumento da responsabilidade dos auditores é susceptível à medida que percebem haver uma maior cobrança pela qualidade de seu julgamento e na tomada de decisão (PEYTCHEVA;WRIGHT, 2010).

O principal argumento é que normas baseadas em princípios induzem um alto nível de qualidade no processo de prestação de contas por parte dos auditores (PEYTCHEVA & WRIGHT, 2010).

É importante considerar que os efeitos da aplicação do regime regulatório sob os esforços do auditor restringem os relatórios agressivos sobre uma contabilidade baseada em princípios mais do que uma contabilidade baseada em regras.

Também é relevante notar que um relatório agressivo pode ocorrer em diferentes formas, por exemplo, a gestão pode cometer fraudes, ou pode estruturar operações contabilísticas para que a transação atenda à “regra”, mas não ao “espírito” da norma (NELSON, 2003; NELSON et al., 2002).

Dessa forma, Cohen et al. (2011) apontaram que os auditores são mais propensos a restringirem os relatórios agressivos sobre as normas baseadas em princípios do que sobre as normas baseadas em regras. O estudo de Cohen et al (2011) contribui com uma melhor qualidade da informação nos relatórios financeiros.

Assim, como possível alternativa e solução para a subjetividade inerente ao processo de avaliação, a norma tenta restringir seus aspectos de gerenciamento, conforme afirma Barth e Lansman (2010).

2.1. IFRS 13 FAIR VALUE MEASUREMENT

A norma IFRS 13 apresenta técnicas de avaliação usualmente utilizadas para medir o valor justo dos instrumentos patrimoniais não cotados no mercado com abordagem de renda, bem como o método do ativo líquido ajustado. Contudo não prescreve o uso de uma técnica de valorização específica, embora incentive o uso de julgamento profissional e da consideração de todos os fatores e circunstâncias em torno da medida.

A norma inclui exemplos que ilustram como o valor justo de um instrumento de ações não cotadas pode ser mensurado por meio da aplicação das técnicas de avaliação descritas, apesar de o investidor possuir informação financeira limitada.

O IFRS 13 não contém uma hierarquia de uso de técnicas de avaliação nem prescreve o uso de uma técnica de avaliação específica para alcançar o objetivo de um FVM. No entanto, o IFRS 13 reconhece que, em circunstâncias específicas, uma técnica de avaliação pode ser mais apropriada do que outra. O aspecto da mensuração a *fair value* muitas vezes exige alguma forma de julgamento, e com a convergência de US GAAP com os padrões internacionais de contabilidade, entre outros fatores, a mensuração do *fair value* e divulgações é fato no mundo todo.

O mesmo autor discorre que as normas também estão se tornando mais complexas em sua exigência para a mensuração do *fair value* e cita o exemplo do FASB ASC 825-10-25 (SFAS 159), opção de *fair value*, que aumentou a complexidade do processo de medição.

Para tentar responder à questão da pesquisa, busca-se um método que aponte a opinião do profissional nessa polêmica existente.

3. METODOLOGIA

Martins e Theóphilo (2009) apresentam os aspectos técnicos da pesquisa na concepção de *design* (delineamento, planejamento, esboço, ou mesmo desenho). Afirmam que um construto, ou uma construção, é uma variável, ou conjunto de variáveis, que se transforma em uma definição operacional robusta, que busca representar o verdadeiro significado teórico de um conceito.

Esse construto tem como uma das bases o questionário, ferramenta utilizada nesta pesquisa para obtenção da opinião dos auditores. Assim, foi realizado um pré-teste com 10 auditores para ajustes e mudanças nas questões formuladas. Inicialmente foi elaborado um total de 55 questões divididas nos polos temáticos sobre as deficiências identificadas pelo PCAOB nas auditorias de instrumentos financeiros avaliados a *fair value*.

Um nível aceitável de confiabilidade indica que as respostas das questões estão de maneira coerente. Kline (1999, apud FIELD, 2009) registra que, embora o valor comumente aceito de 0,8 seja apropriado para testes cognitivos como o teste de inteligência, para testes de habilidades um ponto de corte de 0,7 é mais adequado. Martins e Theóphilo (2009) também corroboram a questão afirmando que quando o coeficiente é superior a 0,7 diz-se que há confiabilidade das medidas. A pesquisa apresentou um coeficiente de alpha de Cronbach de 0,74, confirmando o critério de confiabilidade das questões.

A validade é o ponto onde um construto mede o que deve medir. (MARTINS & THEÓPHILO, 2009). Para assegurar a validade da mensuração, segundo Pasquali (2010), pode-se usar uma ou mais de uma das seguintes abordagens:

- a) Validade de Conteúdo, ou *face validity* - envolve uma avaliação sistemática, mas subjetiva, da habilidade da escala para medir o que deve medir. A validação em geral envolve a consulta a uma pequena amostra de respondentes típicos e/ou especialistas para julgamento sobre a adequação dos itens escolhidos para representar o construto. Foi escolhido o Sr. Alexandre Dias Fernandes, Diretor de Auditoria da Empresa KPMG, uma das *Big Four*, indicado no mercado de auditores de instituições financeiras em instrumentos financeiros derivativos como especialista no assunto.
- b) O segundo especialista escolhido foi o Prof. Dr. José Alves Dantas, o qual possui estudos sobre o mercado financeiro.
- c) O terceiro especialista escolhido foi o Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Professor Titular da UnB, o qual validou as questões sobre os aspectos estatísticos e de conteúdo.
- d) Validade de construto avalia o que o construto (conceito) ou escala está de fato medindo, e para avaliar a validade de construto, a pesquisa deve apontar a fundamentação teórica subjacente. Assim, a teoria é usada para explicar por que a escala funciona e como os resultados podem ser interpretados.

Buscaram-se como teorias que embasassem a pesquisa os conceitos e aplicações sobre o tema, e foram usados artigos científicos, documentos, resoluções e normas nacionais e internacionais sobre mensuração do *fair value*. Contudo, para maior robustez ao tema e de acordo com a lógica dos defensores, usou-se a Teoria dos Mercados Eficientes e hipóteses de expectativas racionais dos agentes.

Como resultados foram identificadas algumas falhas de interpretação, inconsistências, complexidades e ambiguidades nas questões formuladas. O questionário foi reformulado e ajustado para 25 questões. Pasquali (2010) comenta que um bom construto deve possuir cerca de 20 itens.

Na elaboração do questionário foi considerada análise semântica dos itens; análise dos juízes da formação e aplicado o coeficiente de Alpha de Cronbach, obtendo índice de 0,74, considerado consistente, segundo Pasquali (2010)

A análise semântica dos itens tem como objetivo verificar se todos os itens são compreensíveis para todos os membros da população à qual o instrumento se destina. Dois pontos foram relevantes:

- a) Verificar se os itens são inteligíveis para o estrato mais baixo (de habilidade) da população alvo (auditores independentes, com experiência em auditoria bancária, formados e atuantes há mais de 2 anos com conhecimento razoável em classificação contábil) que puderam opinar se os itens estavam claros e com fácil compreensão ;
- b) Falta de objetividade na formulação dos itens, cuja análise semântica deve ser feita com uma amostra mais sofisticada (de maior habilidade) da população meta para garantir a chamada “validade aparente” (auditores sócios, gerente e seniores com tempo de serviço acima de 4 anos, com conhecimento razoáveis de instrumentos financeiros).

Apesar da preocupação dos dois pontos, também foi avaliada com cuidado a magnitude do atributo a que os itens se referiam e, para isso, foi aplicado em um pequeno grupo de auditores, sendo dois da KPMG, um da PriceWaterHouseCoopers, e dois representantes de empresas inscritas na CVM, com CNAI, para uma situação de *braisntorm*. Essa metodologia de trabalho foi muito eficiente para o resultado final, onde foi possível ajustar o questionário.

A Análise dos juízes, também conhecida como análise do conteúdo, mais propriamente chamada de análise de construto, onde se busca avaliar se os itens estão se referindo ou não ao traço em questão. O objetivo é buscar a opinião dos juízes sobre a compreensão verbal e fluência verbal e correlação das questões.

A análise foi realizada com o mesmo grupo, o qual opinou sobre os pontos divergentes nas questões. Com a realização da análise dos juízes foi elaborada a validação estatística do construto.

As questões desenvolvidas para esta pesquisa foram qualificadas como positivas de ordem crescente, elaboradas de forma a identificar qualitativamente a opinião do auditor, sendo atribuído 1 ponto para Discordo Totalmente, 2 para Discordo Parcialmente; 0 para Nem Discordo e nem Concordo, 3 Concordo Parcialmente e 4 Concordo Totalmente

O *survey* foi dividido em 3 grupos a fim de obter um melhor resultado sobre a escolha das principais características sobre a mensuração do valor justo na opinião do auditor independente, sem contar a análise descritiva do perfil do respondente para identificação dos dados demográficos, como gênero, idade, grau de instrução, área de formação e qualificação do auditor independente e sua experiência profissional, e representou as questões de nº 01 a 06. Logo em seguida foi dividido em grupos de conhecimento da questão “fair value”, como segue:

- a) O primeiro grupo buscou apontar as principais deficiências no processo de reconhecimento de ativos financeiros a *fair value*.
- b) O segundo grupo buscou apontar as possíveis divergências no processo de avaliação de estimativas contábeis entre o auditor e a administração da empresa e o seu resultado final.
- c) O terceiro grupo buscou apontar as possíveis melhorias dos procedimentos de auditoria na avaliação dos ativos financeiros a *fair value*.
- d) O quarto grupo buscou apontar as variáveis escolhidas na pesquisa que podem aumentar o risco de auditoria.

O primeiro Grupo denominado como as **principais deficiências** teve como questões:

Questão 7 - Reconhecimento do *fair value* dos instrumentos financeirosBBR
15,4

- 7.1 Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados;
- 7.2 Os princípios básicos de controle aplicados a outras atividades empresariais financeiras não devem ser os mesmos aplicados com operações com derivativos;
- 7.3 Existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos;
- 7.4 Os *inputs* não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação;
- 7.5 O sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos são um problema enfrentado por várias instituições financeiras.

368

Questão 8 - Controle Gerencial Risco de Controle

- 8.1 Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros;
- 8.2 É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa;
- 8.3 Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante do que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado.

Questão 9 - Dificuldade na Projeção de informações contábeis

- 9.1 O problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos cujos resultados são incertos;
- 9.2 O maior problema da mensuração do valor justo é a instabilidade do mercado acionário e de capitais.

Questão 10 - Hierarquia do Fair Value**Questão 11 Risco Inerente**

- 11.1 Análise em tempo real - tempestividade;
- 11.2 Verificação dos limites individuais - limites de riscos estabelecidos;
- 11.3 Abordagem proativa - análise do comportamento futuro de preços e taxas;
- 11.4 Simulações e testes - testes de stress.

Questão 12 Risco Inerente

- 12.1 Volatilidade dos produtos;
- 12.2 Comportamento futuro dos preços e taxas;
- 12.3 Alavancagem dessas operações - lucros ou prejuízos;
- 12.4 Variações do Mercado.

O segundo grupo, denominado como **possíveis divergências**, buscou apenas uma afirmativa ou negativa de ocorrência:

a) Questão 13 - Divergência de Opinião de Estimativa Contábil**b) Questão 14 - Causa da Divergência**

- 14.1 Divergências irrelevantes;
- 14.2 Justificadas a ponto de convencer a opinião;
- 14.3 Mantidas as divergências e emitindo sua opinião com ressalva.

BBR 15,4 O terceiro grupo com as **possíveis melhorias dos procedimentos de auditoria** apontadas pelos próprios auditores sobre o processo de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros a *fair value*.

- 369
-
- 15.1 Ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de auditoria de mensuração de valor justo;
 - 15.2 Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficiente para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos financeiros;
 - 15.3 Ausência de envolvimento de especialistas em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.
 - 15.4 Ausência de ferramenta disponível no mercado para auxiliar as equipes de auditoria em testar os modelos de precificação de ativos financeiros.
 - 15.5 Falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissional experiente em auditoria de FVM;
 - 15.6 Formação acadêmica nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM, considerando a auditoria de demonstrações contábeis uma atividade privativa de contador.

Para análise das respostas foi utilizada a ferramenta de escala métrica frequentemente usada nas pesquisas quantitativas. A escala escolhida foi a de Likert, ou escala de classificação somada, para mensurar atitudes ou opiniões, desenvolvidas por Rensis Likert, no início dos anos 30, sob a teoria organizacional.

Encaminhado o questionário através do “SurveyMonkey”, devido às vantagens que hoje são encontradas nessa ferramenta, dentre elas: maior velocidade e possibilidade de distribuição para um grande número de potenciais respondentes.

Foram catalogados 264 auditores independentes, no sítio LiKedin, com qualificação julgada necessária para responder à pesquisa, ou seja, possuíam históricos de auditoria em Instituições Financeiras, e alguns auditores internos de Instituições Financeiras com conhecimento em instrumentos financeiros.

Através do link: <https://pt.surveymonkey.com/s/F9THWJC>, onde foi possível identificar: a) 122 auditores da KPMG Auditores Independentes; b) 53 auditores da PriceWaterHouse (PWC); c) 39 auditores da Deloitte Touche Tohmatsu Limited; d) 25 auditores da Ernst & Young Global Limited (EY); e) 4 auditores da Baker Tilly Brasil (hoje a 5ª maior empresa de auditoria); f) 2 auditores da BDO Auditores Independentes; g) 17 auditores de Bancos entre eles: 1) 5 auditores do Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil - SICCOOB; 2) 3 auditores do Banco do Brasil AS; 4) 3 auditores da Caixa Econômica Federal - CEF; 5) 2 auditores do Banco Central do Brasil - BACEN; 6) 2 auditores do Banco Mercantil do Brasil - BMB; 7) 2 auditores do Banco SAFRA; e h) 2 auditores de outras empresas de auditoria.

O cadastro nesse sítio permitiu identificar o estado, a região e o país do auditor conectado, sendo 90 identificados de São Paulo, 31 do Rio de Janeiro, 7 de Nova Iorque, 2 de Londres, Brasília, com 58 respondentes, Belo Horizonte com 31; Goiânia com 16; Curitiba com 10; Salvador com 5 auditores; João Pessoa com 8, Fortaleza com 4 auditores, Recife com 2 auditores.

Com todos os esforços empregados para a coleta de dados de todos os auditores conectados, foi obtido um retorno de 23,49%, representando uma amostra de 62 respondentes, sendo considerada satisfatória devido às dificuldades na obtenção de respondentes qualificados.

A escolha da análise de regressão logística (LOGIT) é justificada pela necessidade de estimar a probabilidade de ocorrências, ou não, de influência nas respostas devido ao perfil do respondente.

Posterior à análise das respostas foi utilizada a regressão logística ordinal ou binomial, conforme cada questão, para verificar se o perfil do respondente afetou a resposta de cada questão. Como variável dependente utilizou-se a resposta de cada questão e como variável independente o gênero, a formação acadêmica (formado ou não em ciências contábeis), o grau de instrução (de graduação incompleta a doutorado), tempo de experiência na profissão (abaixo ou acima de quatro anos), a idade e posição do auditor.

Assim, a natureza categórica ordinal ou binária da variável independente de gênero (1=homem; 2=mulher;) e formação acadêmica (1=Administração; 2=Ciências Contábeis; 3=Economia; 4=Direito) grau de instrução (1=Incompleto; 2=completa; 3=mestrado; 4=doutorado), tempo de experiência na profissão (até 4 anos =1; acima de 4 anos =2), idade (1=até 20; 2=(21 a 25); 3=(26 a 30); 4=(31 a 35); 5=(36 a 40); 7=(41 a 45); 8=(46 a 50) e 9 (acima de 51) e posição do auditor(1=Sócio; 2=Gerente; 3=Sênior),

$$\ln \left[\frac{P(\text{evento } i)}{1 - P(\text{evento } i)} \right] = \beta_0 + \beta_1 X_i + \beta_2 X_i + \dots + \beta_n X_i$$

Onde \ln é o logaritmo natural, $P(\text{evento } i)$ é a probabilidade de ocorrência do evento i , β são os coeficientes estimados e X , as variáveis independentes

Posteriormente foram analisados os testes estatísticos não paramétricos da pesquisa realizada por meio do questionário onde o teste de regressão logística (LOGIT) é justificado pela necessidade de estimar a probabilidade de ocorrência, ou não, de atitude e de perfil do auditor ante a mensuração dos instrumentos financeiros a *fair value* em instituições financeiras.

A regressão logística é uma técnica estatística que tem como objetivo produzir, com base em um conjunto de observações, um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável categórica, frequentemente binária, a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas e/ou binárias. (HAIR JR. et al., 2009)

O intervalo de confiança adotado foi de 95% na pesquisa, e o sistema se encarrega de a cada passo examinar as variáveis no modelo para ver se alguma deve ser removida.

O segundo teste aplicado foi o teste de Kruskal-Wallis, a fim de identificar as características de cada grupo formado por mais de três componentes como foi o caso da idade dos auditores e qualificação. É um teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais populações. Ele é usado para testar a hipótese nula de que todas as populações possuem funções de distribuição iguais contra a hipótese alternativa de que ao menos duas das populações possuem funções de distribuição diferentes.

$$k = (N - 1) \frac{\sum_{i=1}^g n_i (\bar{r}_i - \bar{r})^2}{\sum_{i=1}^g \sum_{j=1}^{n_i} (\bar{r}_{ij} - \bar{r})^2}$$

Onde:

n_i é o número de observações no grupo;

\bar{r}_j é a classificação (entre todas as observações) de observações j no grupo i ;

N é o número total de observações em todos os grupos;

$$\bar{r}_i = \frac{\sum_{j=1}^{n_i} (\bar{r}_{ij})}{n_i}$$

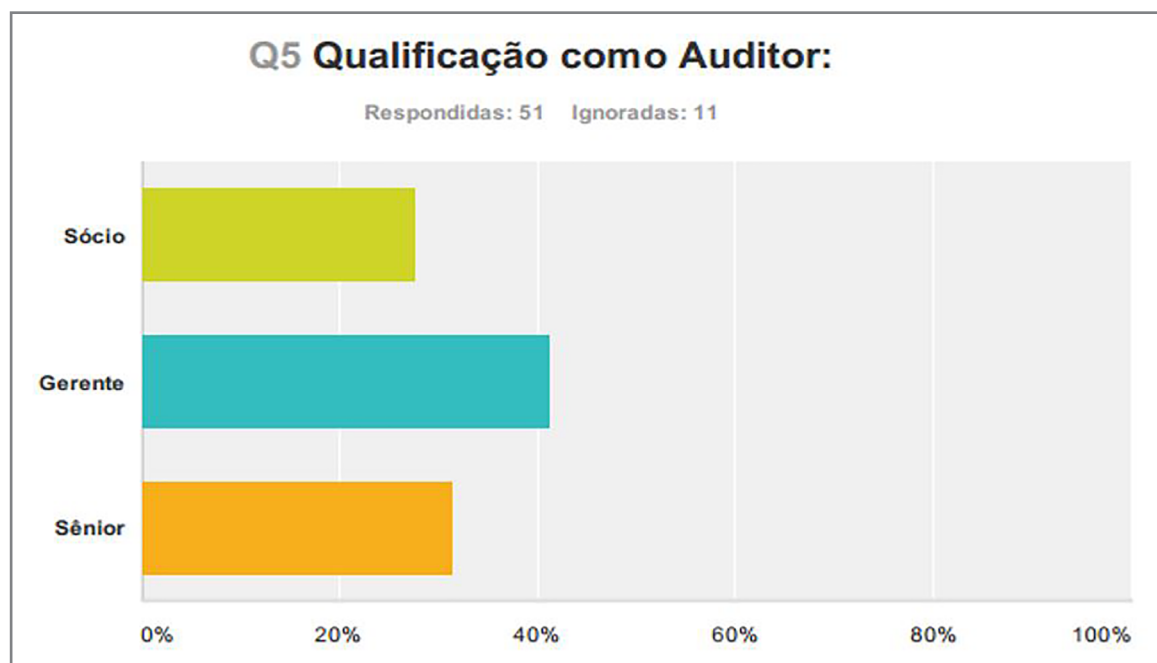
$$\bar{r} = (N+1)/2 \text{ é a média de } \bar{r}_{ij}; K = \frac{12}{N(N+1)} \sum_{i=1}^g n_i (\bar{r}_i - \bar{r})^2$$

O terceiro teste foi a análise de correspondência (AC), que é uma técnica de análise exploratória de dados adequada para analisar tabelas de duas entradas ou tabelas de múltiplas entradas, levando em conta algumas medidas de correspondência entre linhas

e colunas. Esse método permite estudar as relações e semelhanças existentes entre as variáveis apresentadas nas linhas e colunas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A amostra está composta por 14 sócios de empresas de auditoria (28% da amostra); 21 gerentes de auditoria (41% da amostra) e 16 seniores (31% da amostra), e 11 auditores que foram classificados como presidentes e diretores. O gráfico 1 demonstra a proporcionalidade dessa amostra:



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 1. Qualificação como Auditor.

No primeiro momento, é *mister* conhecer os dados demográficos dos respondentes, como gênero, idade, grau de instrução, área de formação e qualificação do auditor para, posteriormente, utilizar escalas e mapear o perfil dos respondentes. Quanto ao gênero, 87% da amostra são do gênero masculino, com 52 representantes. A maioria na faixa etária entre 26 e 35 anos; 78% de auditores com graduação completa, 8% de auditores com mestrado e 3% de auditores com doutorado. A tabela 1 abaixo demonstra a proporcionalidade do gênero dos participantes da pesquisa.

Tabela 1. Gênero dos participantes da pesquisa.

Opções de respostas	Respostas	
Maculino	86,67%	52
Feminino	13,33%	8
Total		60

Fonte: elaborado pelo autor.

Após a qualificação da amostra, buscou-se conhecer a opinião dos auditores independentes quanto às características de mensuração e reconhecimento do *fair value measurement*.

PREÇO

1. Os modelos de avaliação aplicados nas empresas para mensuração do valor justo no nível 3 são consistentes e adequados?

Foram apurados vinte e oito auditores independentes representando 47% da amostra responderam que concordavam parcialmente com a afirmação, e 18 auditores, representando 30%, responderam que discordavam parcialmente, demonstrando uma tendência a considerar os modelos de avaliação aplicados como consistentes e adequados. 17% da amostra não concordaram nem discordaram da questão. Acredita-se que nessa questão o auditor tenha sido mais conservador devido à subjetividade inerente.

A aplicação do modelo Logit Ordinal trouxe que quanto menor o grau de instrução, maior a concordância com a afirmação (p-valor = 0,037).

2. Os princípios básicos de controle aplicados a outras atividades empresariais financeiras não devem ser os mesmos aplicados com operações com derivativos.

Dezesseis auditores responderam que discordam parcialmente da questão, representando 27% da amostra. 15 auditores responderam que concordam parcialmente, representando 25%. Observou-se um impasse na questão, sendo considerada importante para análise de risco. Talvez um fato de difícil afirmação sejam os controles internos diferentes dos controles externos. Nenhuma das características do respondente influenciou na resposta dessa questão, conforme apurado na Logit Ordinal.

3. Existe uma dificuldade inerente em afirmações de mudança material no valor dos derivativos.

Trinta e um auditores responderam que concordam parcialmente com a questão, representando 52% da amostra; 12 auditores responderam que concordam plenamente, representando 20%. A maioria da amostra concorda com uma dificuldade de afirmações de mudança material no valor dos derivativos. Devido à volatilidade do mercado, trabalhar com alterações bruscas reporta uma atenção maior do auditor. Os dados apontaram também que os respondentes da área contábil concordam mais com a afirmação (p-valor de 0,0671).

4. Os inputs não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação.

Questão apontada como a principal característica de um processo de avaliação de ativos derivativos a valor justo. Vinte e oito auditores independentes concordaram parcialmente com a questão, representando 47% da amostra, e 19 auditores concordaram plenamente, representando 32%. Aproximadamente 80% da amostra concordam que os *inputs* não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação. Novamente, a formação na área contábil do respondente trouxe uma maior concordância com a afirmação do item (p-valor de 0,0026).

5. O sistema tecnológico e a dificuldade de identificação dos controles dos riscos envolvidos é um problema enfrentado por várias instituições financeiras.

Esta questão apontou uma dificuldade de sistemas organizacionais e de controle para identificação imediata de controles internos referentes aos riscos de flutuação existentes sobre os derivativos. Vinte e um auditores concordaram plenamente com a questão, representando 35%; 15 auditores concordaram parcialmente, representando 25%. As características do respondente (gênero, idade, instrução, experiência, formação ou posição) não foram decisivas, individualmente, para a resposta.

Foi possível observar que a característica mais relevante do respondente que afetou as respostas dos cinco itens anteriores foi a formação ou não na área contábil. Para comprovar,

foi calculada uma Logit ordinal com o somatório dos itens 1 a 5, apresentados anteriormente, e as características do respondente. O resultado mostrou que a formação na área contábil foi significativa (p-valor de 0,0142).

Risco

No segundo bloco da pesquisa, o objeto foi o apontamento de um sistema de controle dos instrumentos financeiros derivativos em instituições financeiras que fosse eficaz no atendimento às necessidades de informação de seus usuários, garantindo, assim, as condições necessárias para um controle de risco.

Esse controle gerencial de operações é importante no processo de acompanhamento e avaliação do ativo a valor justo. A empresa que possui um controle adequado diminui o risco do processo de avaliação e obtém um valor mais acurado da realidade. Sua estrutura interfere diretamente nos aspectos subjetivos e nos “*inputs* não observáveis”.

Como resultado, a maioria dos auditores concordou que há uma necessidade de um sistema de controle adequado para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa. Contudo, a pesquisa aponta que não há consenso nessa questão. A tabela 2 demonstra as deficiências existentes sobre o controle gerencial em instrumentos financeiros na opinião dos auditores independentes.

Tabela 2. Controle Gerencial.

	Discordo totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo e Nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total	Avaliação média
1) Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de Instrumentos financeiros	1,72% 1	18,97% 11	32,76% 19	25,86% 15	20,69% 12	58	2,00
2) É necessário um sistema adequado de controle para operação com derivativos mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa	0% 0	3,45% 2	17,24% 10	29,31% 17	50% 29	58	2,95
3) Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado	6,90% 4	15,52% 9	29,31% 17	34,48% 20	13,79% 8	58	1,97

Fonte: elaborado pelo autor.

1. Existe uma deficiência de modelos de gestão e de estrutura organizacional para o controle de instrumentos financeiros.

Quarenta e seis por cento concordaram com a questão, talvez pela subjetividade e pela variação de objetivos de diversa empresa. Como a maioria dos respondentes possui a função de gerente de auditoria, presume-se um cuidado maior na elaboração do planejamento de trabalho, tendo em vista os riscos de auditoria, que fazem parte do planejamento de auditoria (SAS 101; ISA 315).

Como complemento da resposta, alguns auditores corroboraram as afirmações sobre deficiências em auditorias realizadas, e entre as afirmações destacam-se os seguintes pontos: a) as instituições financeiras encontram-se em processo de revisão da estrutura organizacional; b) existe um interesse próprio de executivos pelos bônus distribuídos; c) falta de experiência em controles de gestão financeira dos administradores; d) falha em controles internos; e) não há políticas de investimentos; f) existe um descumprimento de normativos; g) falta um sistema de avaliação de risco adequado; e h) ausência de profissionais qualificados para áreas de investimentos.

Os respondentes com mais de quatro anos de experiência tiveram a tendência a concordar mais com este item (p-valor de 0,0761): onze respondentes com mais de quatro anos de experiência afirmaram concordar com o item versus um sem experiência.

2. É necessário um sistema adequado de controle para operações com derivativos, mesmo que essas operações não sejam relevantes para a empresa.

A questão obteve maior concordância plena dos auditores com 50% dos respondentes, e 29,31% com concordância parcial, representando uma aceitação relativa dos auditores em 79,31% da amostra. Nenhum auditor discordou totalmente da questão. Contudo, 17,24% não se posicionaram sobre a questão, assinalando que nem concordam nem discordam. Para efeito de auditoria, a avaliação dos controles internos é fundamental para existência do grau de profundidade e da avaliação do risco de auditoria. A experiência do respondente foi decisiva nas respostas (p-valor de 0,05 da variável no modelo Logit ordinal).

3. Um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos é mais importante que um controle financeiro adequado, pois envolve aspectos externos de controle como risco de mercado.

Foi obtido um percentual de 22,5% dos auditores que não concordam parcialmente ou totalmente com um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos. Talvez pelo fato de o controle financeiro ser considerado maior que o controle de derivativos. Porém 49% dos auditores concordaram com a afirmação. Dessa forma, os procedimentos de revisão analítica dos controles internos contidos no AU Section 342 corroboram a mitigação de risco de auditoria, contudo como a pesquisa indica, não afasta por completo as falhas existentes no processo de verificação. Os respondentes da área contábil tiveram uma tendência a não concordar com essa afirmativa (p-valor = 0,0453).

PROJEÇÃO

No terceiro bloco se procurou saber sobre as dificuldades nas projeções das informações financeiras, principalmente em relação ao valor justo dos instrumentos financeiros. A técnica de projeção das informações financeiras é importante ao processo de avaliação de instrumentos financeiros devido à volatilidade do mercado. Essa questão foi considerada deficiente pelo PCAOB em relação à auditoria de instrumentos financeiros a *fair value*. (ACUITAS, 2012). A tabela 3 identifica a proporcionalidade das dificuldades em Projeções Financeiras existentes.

Tabela 3. Dificuldade em Projeções Financeiras.

	Discordo totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo e Nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Plenamente	Total	Avaliação média
1) O problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto.	5,17% 3	8,62% 5	13,79% 8	32,76% 19	39,66% 23	58	2,79
2) O maior problema da Mensuração do Valor Justo é a instabilidade do Mercado Acionário e de Capitais	10,34%	25,86% 15	18,97% 11	34,48% 20	10,34 6	58	2,07

Fonte: elaborado pelo autor.

1. O problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto

Vinte e três auditores concordaram plenamente com a questão, representado 38%, e 19 auditores concordaram parcialmente, representando 32%. A maioria dos auditores

concordou que os maiores problemas estão associados às condições futuras, transações ou eventos cujo resultado é incerto. Os respondentes formados na área contábil tiveram uma tendência maior de concordar com esta afirmativa (p-valor = 0,0688, no modelo logit).

Assim, como na pesquisa realizada pela Acuitas Inc. (2012), infere-se que a crise econômica foi a principal causa do aumento de deficiências de auditoria devido à volatilidade econômica, prejudicando com isso a contabilidade de estimativas contábeis.

Outro ponto destacado na pesquisa foi o percentual significativo (72% de concordância) indicando que existe um problema de subjetividade futura, demonstrando que ao projetar demonstrações financeiras é essencial observar não apenas as informações financeiras, mas também todos os fatores que têm influência nos resultados, como as condições econômicas, perspectivas de inflação, expectativas da taxa de câmbio, previsões de preços de *commodities*, taxas de juros previstas, disponibilidade de crédito, mudanças no mercado de trabalho, eventos legais e tendências políticas.

2. O maior problema da Mensuração do Valor Justo é a Instabilidade do Mercado Acionário e de Capitais

A segunda questão aponta como maior problema de mensuração do valor justo a instabilidade do mercado acionário e de capitais. A questão obteve 20 auditores que concordaram parcialmente, representado 33% da amostra. 15 auditores discordaram parcialmente, representando 25%, e 11 auditores nem concordaram nem discordaram. As características do respondente não influenciaram a resposta, conforme modelo Logit.

DISCLOSURE

No quarto bloco, buscou-se a opinião do auditor quanto à importância ou não em classificar o valor justo nos níveis 1, 2 ou 3. A literatura indica que sim, pois conforme a classificação o avaliador deverá adotar o método relacionado com abordagem de custos, renda ou mercado. (ZYLA, 2010). Trinta e cinco auditores responderam que a classificação era relevante nesse processo, representando 59% da amostra. Treze auditores responderam que era muito relevante, representando 22%. A maioria concorda com a importância da classificação.

As notas do PCAOB (AU SECTION 328) apontam que o risco de distorção material em um processo de avaliação a *fair value* é maior usando os níveis mais altos de *inputs*.

A importância na classificação do *fair value* é associar aos *inputs* os níveis de abordagem para diminuir o risco de avaliação, pois mantendo um critério de avaliação o risco é menor (ZYLA, 2010). Na abordagem de mercado, por exemplo, os métodos múltiplos são mais utilizados, onde se pode associar preços ou índices com empresas comparáveis e similares. Sob a abordagem do Custo, associado ao nível 2, a metodologia é de custo de reposição, e sob a abordagem de renda, associado ao nível 3, a avaliação é com foco no retorno investido.

Em outra parte do questionário, havia como escopo a existência ou não de divergências de opiniões sobre estimativas contábeis. Cinquenta auditores afirmaram que já tiveram divergências de valores sobre estimativas contábeis com a administração da empresa auditada, representando 86%. Vinte e quatro auditores apontaram como motivo a falta de relevância ou como sendo erro material. Trinta e um por cento da amostra declararam que as divergências foram mantidas e foram apontadas nos relatórios de auditoria como ressalvas. Nove auditores apontaram que as justificativas apresentadas pela administração foram suficientes. Entretanto, aparentemente as características do respondente não interferiram na escolha. Esse bloco teve como base pesquisas estadunidenses. (NELSON et al., 2002; LIBBY et al., 2002). A tabela 4 abaixo demonstra a proporcionalidade das divergências apontadas de estimativas contábeis entre auditores e administração da empresa.

Tabela 4. Divergência de Estimativas Contábeis.

Opções de respostas	Respostas	
Sim	86,21%	50
Não	13,79%	8
Total		58

Fonte: elaborado pelo autor.

As pesquisas de Nelson et al. (2002) e Acuitas (2012) apontam que o mercado de derivativos possui divergências significativas nesse processo. A controvérsia da questão talvez seja em decorrência de um mercado mais ativo e consolidado do que o mercado acionário e de capital nacional, contudo as respostas estão consistentes com as questões sobre modelo de avaliação e sistema de controle de risco. A tabela 5 demonstra as principais causas de divergências de estimativas contábeis.

Tabela 5. Causas da Divergência de Estimativas Contábeis.

Opções de respostas	Respostas	
As divergências não eram relevantes a ponto de considerar um erro material;	86,21%	24
As justificativas apresentadas convenceram sua opinião;	18,75%	9
As divergências foram mantidas e o auditor apresentou sua opinião com ressalva no relatório de auditoria	13,79%	15
Total		48

Fonte: elaborado pelo autor.

No último bloco do questionário, buscou-se a opinião do auditor no processo de melhoria nos procedimentos aplicados de mensuração do fair value:

1) Ausência de normas de contabilidade e de auditoria claras e suficientes para o desenvolvimento adequado do trabalho de mensuração de valor justo foi apontado por 33,9% dos auditores que concordaram parcialmente.

Cinquenta e sete por cento dos auditores concordaram com a questão, e 25% discordaram parcialmente. A pesquisa pode indicar que o processo de normas não esteja totalmente substanciado a ponto de evitar gerenciamento de resultados, contrariando pesquisas estadunidenses. Outra questão é quanto à importância da norma no tocante ao comprometimento do trabalho de auditoria, que aparentemente não deveria prejudicar muito. A idade do respondente influenciou nesta resposta: pessoas mais jovens tendem a concordar com a afirmativa (p-valor 0,084).

2) Ausência de ceticismo profissional dos auditores suficientes para a execução dos testes de auditoria para validação das avaliações de valor justo dos instrumentos foi considerada pela maioria dos respondentes como um ponto a ser melhorado.

Quarenta e quatro por cento dos auditores concordaram parcialmente, e 20% concordaram plenamente, representando um total relativo de 64% dos auditores. Contudo, 22% da amostra discordaram plenamente, indicando não haver problema de ceticismo profissional, o qual é uma característica importante que o auditor deve possuir. Maior nível de instrução (p-valor = 0,0159), a melhor posição na área de auditoria (p-valor = 0,0106) e o gênero masculino (p-valor = 0,0270) foram características do respondente que afetaram a concordância com esta afirmação.

3) Ausência de envolvimento de especialistas em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.

Foi considerada por 76% dos auditores em termos relativos, sendo que 42% concordaram parcialmente e 34% concordaram plenamente. Onze por cento discordaram parcialmente.

Essa questão teve o segundo *rank* de concordância dos auditores e indica que há um problema de especialistas em finanças nas equipes de auditoria. Esse entendimento é corroborado por Catty (2013). As características do respondente não foram decisivas nas respostas, conforme determinado pelo modelo Logit.

4) Ausência de ferramenta disponível no mercado para auxiliar as equipes de auditoria em testar os modelos de precificação de ativos financeiros.

Foi considerada por 61% da amostra. Quinze por cento dos auditores não opinaram nessa questão, nem a favor nem contra. Dezesesseis por cento discordaram parcialmente e 10% discordaram plenamente. Pouco mais de 25% dos auditores discordam da ausência de ferramentas disponíveis. Há instrumentos consistentes para avaliação. Talvez falte um aprimoramento maior em sua utilização. Respondentes mais velhos concordaram mais com esta afirmativa (p-valor = 0,0455).

5) Falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissional experiente em auditoria de FVM.

Trinta por cento dos auditores concordaram parcialmente com a questão, e 27% dos auditores concordaram plenamente. A maioria dos auditores, representando 57%, concordou que existe falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria. Esse é um processo que envolve diretamente a qualidade do processo de auditoria e, como comentado nas pesquisas anteriores, ainda existe muito a pesquisar sobre esse assunto. Vinte e dois por cento discordaram da questão. A posição do auditor foi uma característica relevante do respondente: quanto maior a posição, maior a concordância com a assertiva (p-valor = 0,0091).

6) Formação acadêmica nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM considerando a auditoria de demonstrações contábeis uma atividade privativa de Contador.

34% auditores concordaram plenamente com a insuficiência da formação acadêmica nos cursos de Ciências Contábeis, e 42% dos auditores concordaram parcialmente, representando 76% dos auditores. Essa questão foi a que teve maior *score* de concordância dos auditores, sendo apontada como o principal ponto na melhoria do processo de avaliação de instrumentos financeiros em pesquisas acadêmicas. Os respondentes da área contábil e com mais de quatro anos de experiência aceitaram mais essa afirmação que os demais (p-valor de 0,006 e 0,0174, nesta ordem). Também os mais jovens (p-valor = 0,007) concordaram mais com essa assertiva.

Embora seja considerada uma técnica descritiva e exploratória, a AC simplifica dados complexos e produz análises exaustivas de informações que suportam conclusões a respeito delas. (HAIR Jr. et al., 2009)

Assim, faz-se necessária a aplicação do teste para que se possa descrever ou mapear as características do auditor diante das questões de mensuração de *fair value*. Esses mapas percentuais indicam em um único passo, onde as variáveis e objetos estão simultaneamente representados, onde há diretamente associação de variáveis e objetos. Essa relação entre objeto e variáveis são metas explícitas da análise de correspondência. (HAIR Jr. et al., 2009)

A comparação de células pode identificar padrões que refletem associações entre certos objetos e atributos. Assim, com esse objetivo foi aplicado o teste de AC em todo o questionário, contudo aquelas variáveis que apresentaram significância foram: a) qualificação do auditor; b) idade dos auditores.

ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DO AUDITOR

O teste demonstra uma alta significância com a variável 15.1, “Ausência de normas claras para o trabalho” com 0,008 e um *Chi Square* de 22,165. A comparabilidade da

qualificação envolvendo a questão demonstra que a maioria dos auditores seniores e gerentes concordaram com a questão - que a ausência de normas pode prejudicar o trabalho do auditor. Contudo, para o sócio ou vice-presidente ficou dividido, sendo que 5 discordaram e 5 concordaram, e 2 auditores não opinaram. Em relação a essa questão, presumia-se que a ausência de norma não pudesse interferir no desempenho profissional do auditor, sendo uma questão subjetiva e de avaliação específica à tomada de decisão.

Outra questão formada é que as normas tendem a delimitar a subjetividade inerente ao processo de *fair value*. Assim, o teste indica que a maioria dos auditores não concorda com as normas impostas para a subjetividade.

A variável **15.2** “Ausência de ceticismo profissional” apresentou uma significância ainda maior de 0,003, com *Chi Square* de 24,580. O teste demonstra que os auditores seniores concordam com a questão juntamente com o sócio, contudo o gerente apresentou-se dividido quanto à questão, e a maioria dos auditores que responderam discordar parcialmente pertence a essa classe de auditores.

Na teoria, como existe um processo de subjetividade, acredita-se que o ceticismo deve prevalecer sempre nas questões.

A variável **15.3** “Ausência de envolvimento de especialistas em finanças” apresentou um alto grau de significância com 0,12 e um *Chi Square* de 21,229, demonstrando a dispersão existente entre os dados. A maioria dos auditores seniores concorda parcialmente com a questão juntamente com o sócio. A surpresa apontada foi o gerente representar a maioria dos auditores que não concorda com a questão. Um especialista em finanças é fundamental nesse processo de avaliação e verificação de ativos a *fair value*.

A questão **15.5** “falha na supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria” não foi significativa, mas obteve um nível interessante, com o item selecionado para avaliação. Os auditores seniores se mantiveram em sua maioria sem concordar nem discordar, contudo a maioria dos gerentes concordou que há falha na supervisão de auditores.

Outro teste que não foi significativo estatisticamente foi a questão **8.3** “Um sistema de controle adequado de gerenciamento de risco”, controle de derivativo, contudo, pelo mesmo motivo, é interessante sua avaliação, tendo em vista que para os auditores seniores foi tanto representativa na concordância da questão como em não concordar com a questão, não evidenciando um perfil representativo sobre controles específicos de derivativos. O mesmo aconteceu com os gerentes, cuja maioria nem concordou nem discordou.

Já em relação ao sócio, a maioria concorda com controles específicos. A maioria dos auditores concorda com a questão.

ANÁLISE DA IDADE DO AUDITOR

O teste apresentou um grau de 0,053 de significância com um *Chi Square* 28,667 para o item **8.3**, fazendo um paralelo com idade de maior frequência para os auditores acima de 35 anos e qualificação gerente-sócio, em que se pode presumir um cuidado maior nos controles para o planejamento de trabalho.

O teste de análise de comparabilidade demonstrou significância com a variável em 0,032 e um *Chi Square* de 30,656 para o item **15.2**. “Ausência de ceticismo profissional”. A questão demonstra que a maioria dos auditores que discorda da questão está na faixa etária de 31 a 35 anos. Os auditores que nem concordam nem discordam estão na faixa etária acima de 50 anos, e a maioria que concordou está na faixa etária mais nova de carreira com até 35 anos de idade. Os auditores mais jovens, com idade até 35 anos, que ainda executam trabalho de campo, consideram que a ausência de ceticismo profissional pode prejudicar o trabalho de auditoria, o que vai de encontro à teoria comentada devido à volatilidade, ceticismo e o risco de auditoria.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi analisar a percepção do auditor em relação à mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3, em instituições financeiras, nos aspectos de relevância, mensuração e avaliação do risco de auditoria.

Como principal desafio e deficiência diante da contabilidade a FVM, os auditores concordaram que os *inputs* não observáveis são subjetivos e com dificuldade de implementação. Quanto aos modelos de avaliação aplicados, foi considerado um impasse, com uma tendência a considerar como consistentes e adequados.

Uma questão que chamou a atenção na pesquisa foi sobre causas e divergências de estimativas contábeis realizadas entre os auditores e a administração. Cinquenta por cento dos respondentes não consideraram as divergências como materiais, contudo 31,25% afirmaram que as divergências foram mantidas e foram objeto de ressalvas em relatório de auditoria.

Quanto às melhorias no processo de estimativas contábeis, a maioria indicou como principal motivo a formação acadêmica nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis como sendo insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho de auditoria de FVM. Como segundo ponto, a ausência de envolvimento de um especialista em finanças nas equipes de auditoria para suprir a falta de *expertise* do profissional de contabilidade em avaliar modelos de precificação de instrumentos financeiros.

A análise de regressão indicou que para os auditores formados em Ciências Contábeis, as variáveis de reconhecimento de mensuração e controle de derivativos apresentaram *p-value* significativo. Para os auditores mais experientes (acima de 4 anos de profissão), as variáveis significativas foram os “princípios básicos de controle” e “dificuldades inerentes em afirmações de mudanças”. Para os auditores acima de 30 anos, as variáveis significativas foram “ausência de normas”, “ausência do envolvimento do especialista”. Como melhoria, “sistema adequado de controle” Na qualificação, foi apontada divergência de opinião quanto ao sócio e gerente de auditoria na questão de falha de supervisão.

Por meio do teste de Kruskal-Wallis, foi identificada divergência de opinião entre o gerente e o sócio de auditoria nas questões sobre: a) os modelos de avaliação consistentes; b) é necessário um sistema de controle adequado para operações com derivativos; c) a classificação do valor justo em hierarquia.

Para o grupo de idades, foi identificado que os auditores acima de 30 anos concordaram mais com as questões que os mais jovens nos itens: a) é necessário um sistema de adequado de controle para operações com derivativos; b) ausência de normas de contabilidade; c) ausência de envolvimento de especialista em finanças.

A Análise de Correspondência teve como objetivo uma maior aproximação das respostas dos auditores e indicou para qualificação dos auditores as questões: a) ausência de normas de contabilidade; b) ausência de ceticismo profissional dos auditores; c) ausência de envolvimento de especialistas em finanças nas equipes de auditoria.

Para análise da idade do auditor, o teste foi significativo fazendo um paralelo com a idade de maior frequência de 35 anos e qualificação gerente, presumindo um cuidado maior nos controles para o planejamento de trabalho: a) um sistema de controle adequado de gerenciamento de riscos de derivativos; b) ausência de ceticismo profissional dos auditores.

A questão demonstra que a maioria dos auditores que discordaram da questão está na faixa etária de 31 a 35 anos. Os auditores que nem concordam nem discordam estão na faixa etária acima de 50 anos, e a maioria que concordou está faixa etária mais nova de carreira com até 35 anos de idade. Os auditores mais jovens, com idade até 35 anos, que ainda executam trabalho de campo, consideram que a ausência de ceticismo profissional pode prejudicar o trabalho de auditoria, o que vai de encontro à teoria comentada devido à volatilidade, ceticismo e o risco de auditoria.

Como recomendações e fechamento geral pode-se concluir, por meio das respostas coletadas pelos auditores, que alguns procedimentos precisam ser melhorados como: a) Uma formação acadêmica mais robusta em finanças e em estimativas contábeis, com cursos mais abrangentes em sua carga horária em matérias específica de finanças e estatísticas, b) Falha em procedimentos internos de supervisão e revisão dos papéis de trabalhos de auditoria executados pelos membros da equipe por profissionais mais experientes, c) Falha comportamental como ausência de ceticismo profissional, imprescindível no desenvolvimento de trabalhos de auditoria, bem como posição mais consistente em questões polêmicas e/ou subjetivas.

Através dos resultados obtidos pode-se recomendar o aprimoramento das técnicas de estimativas contábeis para Instituições Financeiras, bem como aperfeiçoamento dos controles internos existentes. Normas mais claras e objetivas quanto ao planejamento e mitigação do risco de auditoria.

O tema é amplo e várias linhas futuras podem ser seguidas, e como exemplo pode-se citar uma concentração maior em eventos contábeis específicos durante a crise e suas causas e efeitos, estudos de *value relevance* sobre a falta de neutralidade da regulação contábil, ou ainda estudos na percepção dos administradores e contadores sobre uma contabilidade a *fair value*.

6. REFERÊNCIAS

- ACUITAS, INC.'S. Survey of fair value audit deficiencies. April, 2012; http://www.acuitasinc.com/documents/Survey_of_Big_Four_Fair_Value_Audit_Deficiencies_as_Reported_in_the_Wall_Street_Journal_-_final.pdf. Acesso em 12/10/2013.
- ALMEIDA, J. E. F.; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria e-learning's managements: um estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas *big four* e demais firmas de auditoria. ', USP, São Paulo, vol. 20, nº 50, p. 62-74, maio/agosto 2009;
- ALMEIDA, B. J. M.; COLOMINA, C. I. M. Evidencia de las diferencias de expectativas en auditoria em mercados bursatiles de reducida dimension: el caso português. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, vol. 5, nº 1, p. 100-114, jan/mar. 2009;
- ANTUNES, J. *Contribuição ao estudo da avaliação de riscos e controle internos na auditoria de demonstrações contábeis no Brasil*. Dissertação de Mestrado do Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP, 1998.
- ARAÚJO, A. M. H. B., MENDES, P. C. M.; SILVA, J. D. G. O Comportamento do Auditor Independente diante dos Prazos "Apertados" dos Programas de Auditoria. In: *II Congresso Nacional De Administração E Ciências Contábeis - Adcont*. 2011, Rio de Janeiro. 281, 2011.
- BARTH, Mary E. Fair value accounting: Evidence from investment securities and the market valuation of banks. *The Accounting Review*, 69(1), p. 1-25, 1994.
- _____. Including estimates of the future in today's financial statements. *Accounting Horizons*: September 2006, Vol. 20, nº 3, pp 271-285. 2006.
- BARTH, Mary E. LANDSMAN, WAYNE R. How did financial reporting contribute to the financial crisis? *European Accounting Review*, vol. 19, nº 3, 399-423, 2010.
- Benston, G. J. 'Fair-value accounting: A cautionary tale from Enron', *Journal of Accounting and Public Policy*, 25(4), pp. 465-484. 2006;
- BENSTON, G. J.; BROMWICH, M.; WAGENHOFER, A. Principles - Versus Rules-Based Accounting Santandards: The FASB's Santandard Setting Strategy. *ABACUS*, vol. 42, no. 2, 2006.
- BRAUNBECK, G.O. *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade- Universidade de São Paulo, 2010.
- CARVALHO, L. N. G. *Uma contribuição à auditoria do risco de derivativos*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, 1996, 121 p.
- CATTY, James P. IFRS: *Guia de Aplicação do Valor Justo*. Tradução: Costa, Francisco Araújo da, Zilio, Leonardo. Porto Alegre. Ed. Bookman, 2013.
- COHEN. J., KRISHNAMOORTHY, G., PEYTCHEVA, M., W., A. *The Impact of Regulatory Enforcement and the Adoption of Principles-Based Accounting on Auditors' Judgments to Curb Aggressive Reporting*. *WorkPaper*. February 2011.

- DANTAS, J. A. *Auditoria em Instituições Financeiras: Determinantes de qualidade no mercado brasileiro*. Tese de doutorado. Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPA/UFRRN, 2012.
- _____; RODRIGUES, F. F.; NIYAMA, J. K. MENDES, P. C. M. Normatização Contábil Baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e risco. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 4, p.3/9-29, 2010.
- DIPIAZZA, J., MCDONNELL, D., SAMYN, F.; FLYNN, T.; QUIGLEY, J. H., TURLEY, J. S., *Principles-based accounting standards*. White paper delivered by the CEOs of the International Audit Networks at the Global Public Policy Symposium. 2008 Disponível em: <http://www.globalpublicpolicysymposium.com/?s=Principles-based+accounting+standards>. Acesso em: 20/10/2012.
- FASB. *Statement of Financial Accounting Standards 157 - Fair Value Measurements*, 2007.—, FAS 159, *The Fair Value Option For Financial Assets and Financial Liabilities Including an Amendment of FASB Statement Number 115*, FASB, February 2007
- FIELD, Andy. *Descobrimos a Estatística usando o SPSS*. Tradução Lorí Viali. 2ª Edição. Artmed Editora S.A. 2009
- GLAVAN, Silviu. Fair Value Accounting in Banks and the Recent Financial Crisis. *Estabilidad Financiera*, p. 55-69, 2010.
- HAIR JR. et al. *Análise Multivariada de dados*. Tradução: Adonai Schlup Snta'Anna. 6ª Edição. Ed. Bookman. 2009
- KUMARASIRI, J; FISCHER, R. Auditors' perceptions of fair-value accounting: developing country evidence. *International Journal of Auditing*. Int.J.Audit.15,p. 66-87, 2011.
- LERNER, J. S., TETLOCK, P. E., Accounting for the effects of accountability. *Psychological Bulletin*, 125 (2), p. 255-275, 1999.
- MARTINEZ, A. L. Quando o conselho de administração e auditoria evitam earnings management? Evidências empíricas para empresas brasileiras. 8º Congresso USP De Controladoria E Contabilidade, 2008. São Paulo: USP, 2008.
- _____. Novo mercado, auditoria e o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais no Brasil. 9º Congresso Usp De Controladoria E Contabilidade. São Paulo: USP, 2009.
- MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NELSON, Mark W. Behavioral evidence on the effects of principles- and rules-based standards. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 1, p. 91-104, 2003.
- NELSON, Mark W.; Elliott, John; Tarpley, Robin L. Evidence from Auditors about Manager's and Auditor's Earnings Management Decisions. *The Accounting Review*, vol.77, p. 175-202, Supplement, 2002.
- PASQUALI, Luiz, et. Al. *Instrumentação Psicológica: Fundamentos e Práticas*. Ed. Artmed. 2010;
- PANNESE, D., DELFAVERO, A. Fair Value Accounting: Affect On The Auditing Profession. *Journal of Applied Business Research*, vol. 26, nº 3, p. 43-50, 2010.
- PEYTCHIEVA, M.; WRIGHT, A. M. The Impact of Principles versus Rules-Based Accounting Standards on Auditors' Motivations and Judgments. *Working Paper*, 2010.
- PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD (PCAOB).AU SECTION 328. *Auditing Fair Value Measurements And Disclosures*. SAS 101, SAS 113.
- SCHIPPER, Katherine. Principles-Based Accounting Standards. *Accounting Horizons*, vol. 17, nº 1, p.61-72, 2003.